



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007761-89.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Voluntária**
 Requerente: **Luiz Antonio Ferreira**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação declaratória ajuizada por **LUIZ ANTONIO FERREIRA** em face da **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV** alegando, em resumo, que é funcionário público estadual, na função de Agente de Segurança Penitenciária de Classe VII e que, de acordo com a certidão de contagem de tempo de serviço, conta com 30 anos e dois dias de exercício, sendo que já lhe foi deferido o recebimento do abono permanência. Alega que tem o direito adquirido, líquido e certo para o pedido de concessão de sua aposentadoria especial voluntária, entretanto teme que haja a futura redução salarial em seus proventos de aposentadoria quando esta lhe for concedida, apesar de seu direito de receber com a paridade remuneratória com os servidores da ativa, junto dos proventos integrais, ressaltando que ingressou no serviço público anteriormente às Emendas Constitucionais nº 20/98 e a nº 41/2003. Postula a declaração do direito à integralidade dos vencimentos por ele percebidos antes da futura e certa inativação, haja vista que já preenche os requisitos para o pedido de aposentadoria especial voluntária, tendo direito ainda à paridade remuneratória com o pessoal da ativa.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 21/33.

Citada, a requerida apresentou contestação (fls. 40/47), pugnado pela improcedência do pedido.

Houve réplica (fls. 50/56).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O pedido é procedente.

A documentação trazida com a inicial comprova que a parte autora recebe o abono de permanência e, para a concessão do referido abono, o servidor deve completar as exigências para a aposentadoria voluntária e optar por permanecer em atividade (fls. 22/27).

Dispõe o artigo 40, §19, da Constituição Federal:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

(...)

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

Nesse raciocínio (artigo 40, § 1º, III da CF):

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17.

(...)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O artigo 40, §§ 1º e 4º da Constituição Federal assim estabelece:

§1º. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17º. [...]

§4º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: II que exerçam atividade de risco;

Assim, o texto constitucional ressalva tratamento diferenciado àqueles servidores que se aposentarem em atividade de risco, sendo que, no Estado de São Paulo, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 1.109, de 6 de maio de 2010, cujos artigos 1º e 2º assim dispõem:

Artigo 1º - Esta lei complementar dispõe sobre os requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria voluntária aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária e da classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, em razão do exercício de atividades de risco, nos termos do inciso II do § 4º do artigo 40 da Constituição Federal.

Artigo 2º - Os Agentes de Segurança Penitenciária, a que se refere a Lei Complementar nº 498, de 29 de dezembro de 1986, serão aposentados



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

voluntariamente, desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher;

II - 30 (trinta) anos de contribuição previdenciária;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no cargo.

Parágrafo único - Aos integrantes da carreira de Agente de Segurança Penitenciária cujo provimento no cargo ocorreu em data anterior à vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, não será exigido o requisito de idade, bastando a comprovação do tempo de contribuição previdenciária e do efetivo exercício no cargo, previstos nos incisos II e III deste artigo.

Conforme já explicitado, a parte autora preencheu todos os requisitos constantes nos artigos acima mencionados (II e III), até porque adquiriu o direito ao “abono de permanência” nesses termos e, portanto, faz jus à aposentadoria integral e com direito à paridade remuneratória com os servidores da ativa. Ressalto, por oportuno, não se aplicar à parte autora o requisito de idade, porque sua situação amolda-se ao parágrafo único do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 1.109/2010, vez que havia ingressado na carreira anteriormente à entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 41/2003, não se podendo dela exigir idade mínima nela prevista para o reconhecimento de paridade, vendo-se imprescindível, sob outro ângulo, o preenchimento dos pressupostos do artigo 2º da Lei Complementar Estadual acima transcrito.

Ademais, conforme se extrai da certidão de fls. 22/27, a parte autora contava, em 15/12/2014, com tempo líquido de 30 anos, 00 meses e 02 dias. Assim, preenche os requisitos exigidos nas leis de regência. No mais, ingressou no serviço público em 14/08/1986, antes da edição da EC nº 20/98, possuindo direito à integralidade e paridade dos vencimentos nos termos do art. 3º da EC nº 47/05.

Nesse sentido, já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça:

APELAÇÃO – Servidor Público Estadual Inativo – Agente de Segurança Penitenciário – Pleito voltado à paridade remuneratória e à integralidade dos vencimentos – Aposentadoria especial regida pelos ditames da Lei Complementar Estadual nº 1.109/10 – Ingresso na carreira antes da EC41/2003. Preenchimento dos requisitos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/05, que possibilitam o reconhecimento do direito à integralidade e paridade de proventos. Decisão mantida. Recurso negado. (Relator(a): Danilo Panizza; Comarca: Bauru; Órgão julgador: 1ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 26/04/2016; Data de registro: 27/04/2016).

“APOSENTADORIA ESPECIAL. Revisão. Agente de Segurança Penitenciário. Pretensão formulada no sentido de reconhecer o direito à paridade e a integralidade de proventos. Ingresso no serviço público em data anterior as alterações levadas a efeito pela Emenda Constitucional nº 41/2003. Observância da Lei Complementar Estadual nº 1.109/2010. Procedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Manutenção. REEXAME NECESSÁRIO DESACOLHIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO PROVIDO.” (AC nº. 1000646-57.2015.8.26.0037, rel. Des. JARBAS GOMES, j. em 15.12.15).

Assim, a procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar o direito da parte autora à aposentadoria especial, fazendo jus à integralidade dos vencimentos por ela percebidos antes da inativação, tendo direito ainda à paridade remuneratória com o pessoal da ativa.

No Juizado Especial das Fazendas não há condenação em honorários advocatícios em Primeiro Grau (art. 55, Lei 9.099/1995 e Lei 12.153/2009).

Sem reexame necessário (art. 11 da Lei 12.153/2009).

Consigno, por oportuno, que a contagem do prazo recursal de 10 (dez) dias deverá se verificar em dias CORRIDOS, e não em dias úteis, em atendimento ao princípio da celeridade processual que norteia esta Justiça Especializada (cf. Art. 2º da Lei nº 9.099/95) e nos termos do Enunciado nº 74 do FOJESP e Comunicado Conjunto TJSP SPI nº 380/2016:

Enunciado 74, FOJESP – “salvo disposição expressa em contrário, todos os prazos, no sistema dos Juizados Especiais, serão contados de forma contínua, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento”.

Comunicado Conjunto TJSP SPI 380/2016 “Fica estipulado que no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública, salvo disposição judicial em contrário, os prazos serão contados em dias corridos, e não em dias úteis.

P.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**